

Linguagem diplomática: uma abordagem irônico-lingüística

"Deixai ao meu cuidado o pôr as notas marginais, e as anotações e comentários finais, e vos dou a minha palavra de honra de vos atestar as margens de notas, e de pensar ao fim do livro uma resma de papel, toda cheia de comentários".

(Cervantes, *Don Quijote de La Mancha*)

1. *Teoria da linguagem*, de José Gonçalo C. Herculano de Carvalho, p. 11.

2. Herculano de Carvalho, obra citada, p. 11.

3. Quando da consulta de obras em língua inglesa sobre o tema 'linguagem diplomática' é necessário ter em conta que o termo *language* traduz-se, em português, por linguagem e por língua. No mundo das relações internacionais, o inglês é denominado língua diplomática (*diplomatic language*), à semelhança do francês. Usa-se, todavia, a mesma palavra, em inglês, quando se diz que um determinado pronunciamento foi feito em linguagem diplomática. Isso acarreta menores problemas para um *native speaker* (cremos que menores); mas, para incautos estudantes brasileiros, pode ser desastroso.

A título de esclarecimento, convém ter em mente o seguinte: 1. línguas diplomáticas por excelência: francês e, modernamente, inglês; 2. línguas de trabalho (*working languages*): francês, in-

"E era toda a terra duma mesma língua e duma mesma fala. (...) Então desceu o Senhor para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificavam; e disse: (...) Eia, desçamos, e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro."

(Gênesis, cap. 11, vers 1, 5, 7)

Embora menosprezado, um sábio preceito de lógica estabelece que a identificação deve ser processo prévio à definição de qualquer objeto. Colocado em termos mais simples, isto quer dizer que "antes de podermos afirmar 'o que é', temos de saber 'qual é' o objeto que queremos definir"¹.

Desse modo, efetuada a tarefa preliminar de indicação e delimitação, teremos afastado ou eliminado tudo aquilo que não seja o objeto em questão.

"Estas duas operações complementares mostram-se ainda mais necessárias quando o objeto que nos cabe definir é designado por um nome equívoco, isto é, por um nome que significa, ao mesmo tempo, vários objetos diferentes, dentre os quais temos de selecionar aquele que procuramos de forma a não o confundir com os restantes"².

Tal procedimento torna-se imperioso se nos propusermos examinar a questão da assim designada 'linguagem diplomática', não tanto pela polivalência do adjetivo (diplomática) quanto pela polissemia do substantivo (linguagem). De fato, o termo 'linguagem' é empregado para designar fenômenos tais como linguagem humana, linguagem animal, linguagem das coisas, linguagem falada, linguagem dos gestos, linguagem familiar e, até mesmo, linguagem diplomática³, termo este que nos interessa particularmente.

Em sentido lato, ainda segundo Herculano de Carvalho,

glês, espanhol; 3. línguas oficiais: francês, inglês, espanhol, russo, chinês. Recentemente, o árabe tem sido insinuado nas reuniões internacionais, mediante custeio dos interessados.

4. *Atual*: (Filos.) Que está em ato. Opõe-se a virtual e potencial. *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

emprega-se o termo linguagem para designar a totalidade da atividade manifestativa e cognoscitiva do homem. 'Manifestativa' porque, por meio dela, os homens se manifestam ou manifestam algo (exteriorizam) aos seus semelhantes, comunicando-se entre si; 'cognoscitiva' porque é pelo exercício da linguagem que o homem desenvolve sua capacidade de introspecção e traz de sua consciência determinados conteúdos para a luz de um conhecer mais perfeito (o que não exclui, todavia, a possibilidade de um conhecimento anterior, representado pela intenção e pelos sentidos).

A linguagem, assim considerada, pode manifestar-se por meio de cores, gestos, símbolos e sons. Mas nenhuma destas possibilidades de manifestação é tão perfeita, tão caracterizada, de uso tão constante e de realização tão plena quanto a linguagem verbal, que é a linguagem por excelência, conforme veremos a seguir. Ela será, portanto, o ponto de partida para o desenvolvimento da tarefa que nos propusemos.

Para tanto, nosso estudo obedecerá às seguintes etapas:

1. Definição de linguagem;
2. A linguagem diplomática vista como uma das atualizações⁴ da linguagem;
3. Abordagem específica da linguagem diplomática: suas características e finalidades;
4. Considerações finais de ordem lingüística.

Procuraremos seguir tal ordem em nome da clareza e da organização. Mas isto não implica que, por amor ao método, sejam violentados conteúdo e fatos, à semelhança de muitas interpretações segundo a linha marxista de análise. O objetivo deste estudo é enquadrar a linguagem diplomática dentro do universo mais amplo do fenômeno lingüístico, uma vez analisado o que esta 'manifestação especial da linguagem' tem de característico.

De acordo com Humboldt, "a linguagem, entendida na sua verdadeira essência, é algo de efêmero, que flui continuamente e em cada instante. Mesmo a sua fixação pela escrita é uma conservação incompleta e mumificada, onde se procura representar imaginativamente o discurso vivo. Ela própria não é uma obra (*érgon*), mas uma atividade (*energéia*). A sua verdadeira definição só pode ser, portanto, uma definição genética (dinâmica). Ela é, com efeito, o trabalho do espírito, perpetuamente repetido, de tornar os sons articulados capazes de exprimir o pensamento. Imediata e rigorosamente, esta é a definição da fala de cada momento; mas, no sentido verdadeiro e essencial podemos também tomar, ao mesmo tempo, a linguagem como a totalidade deste falar. Porque no caos disperso de palavras e regras, a que porventura costumamos chamar de língua, apenas se encontra presente o objeto individual produzido naquele falar, e, mesmo assim, nunca completo; é necessário também um novo esforço para aí se reconhecer a natureza da fala viva e para se dar uma imagem real da língua viva. É precisamente o mais elevado e o mais sutil que não nos é permitido reconhecer nesses elemen-

5. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues*, de Wilhelm Freiherr von Humboldt. *Apud* Herculano de Carvalho, obra citada, p. 224-5. Outras informações concisas sobre as teorias lingüísticas de Humboldt poderão ser encontradas em *As Grandes correntes da lingüística moderna*, de Maurice Leroy.

6. *Teoria da linguagem*, de José Gonçalo C. Herculano de Carvalho, p. 225.

7. *Curso de lingüística geral*, de Ferdinand de Saussure, tradução brasileira.

8. Ferdinand de Saussure, obra citada, p. 17.

9. Herculano de Carvalho, obra citada, p. 28. A guisa de exemplificação podemos comparar outras definições de linguagem com aquela dada por Herculano de Carvalho, para, desse modo, reafirmá-la como bastante completa: "Linguagem é um método exclusivamente humano e não instintivo de comunicar idéias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos produzidos de maneira deliberada. Estes símbolos são, de tudo, auditivos e são produzidos pelos chamados órgãos da fala", em *Language; an introduction to the study of speech*, de Edward Sapir. No *Dicionário de términos filológicos*, de Fernando Lázaro Carreter, linguagem é a *facultad que el hombre posee de poder comunicar sus pensamientos; cualquier sistema que sirve al hombre para el ejercicio de dicha facultad*". Joaquim Matoso Câmara Júnior no *Dicionário de filologia e gramática, referente à língua portuguesa*, "faculdade que tem o homem de exprimir seus estados mentais por meio de um sistema de sons vocais chamado língua".

tos separados e que só pode ser apreendido ou vislumbrado na fala seguida, mais uma prova de que a linguagem propriamente dita reside no ato mesmo em que é realmente produzida"⁵.

Como se vê, Humboldt nunca defendeu um subjetivismo absoluto e nunca encarou a linguagem como bipolar, como um movimento dialético entre o subjetivo e o objetivo, entre o individual e o interindividual, entre *energéia* e *érgon*. "De um lado, ele afirma a natureza essencial da linguagem (o ser uma atividade) e, de outro, a existência de uma obra ou produto dela resultante. A linguagem não consiste na obra, e sim no agir que produz, mas é-lhe igualmente essencial a produção dessa obra mesma que dele resulta"⁶.

Em 1916 foi publicada a obra de Saussure, *Cours de linguistique générale*, onde é colocado o problema da linguagem da seguinte maneira: "Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade"⁷. Com base neste raciocínio, Saussure estabelece a dicotomia entre língua (*langue*) e fala (*parole*), componentes estes da linguagem. A língua é o conjunto de signos que serve de meio de compreensão entre os membros de uma mesma comunidade lingüística; a fala é o uso que cada membro dessa comunidade faz da língua, para se fazer compreender. Em outras palavras, a língua é um sistema cujos termos são todos solidários e em que o valor de um termo não resulta senão da presença simultânea de outros, ao passo que fala é o ato concreto e individual realizado pelas pessoas, quando utilizam este sistema em uma situação determinada.

A língua assume, pois, uma posição mais destacada que a da fala na composição do fenômeno da linguagem. Mas a primeira não se confunde com a última; "a língua é somente uma parte essencial da linguagem. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social, para permitir o exercício dessa faculdade aos indivíduos"⁸.

Modernamente muito se tem estudado e publicado a respeito do fenômeno 'linguagem'. No entanto, chegou-se a definições pouco diferentes daquelas estabelecidas por Humboldt ou Saussure (nem mesmo os estruturalistas conseguiram 'meta-definir' a linguagem). Seleccionamos uma que nos parece bastante completa e atual, que transcrevemos a seguir: "linguagem é uma atividade simultaneamente cognoscitiva e manifestativa realizada pela utilização de um sistema de duplos sinais, que se apresentam fisicamente como objetos sonoros produzidos pelo aparelho fonador do homem"⁹.

No geral, todas as definições de linguagem apontam a duplicidade do caráter deste fenômeno, embora alguns autores acentuem mais o lado da exteriorização ou comunicação, enquanto que outros tomam a função cognoscitiva como essencial. Humboldt, Saussure e Carvalho, concordam, pois, com a coexistência desses

dois aspectos no fenômeno da linguagem — um cognoscitivo e outro manifestativo — “como frente e verso de uma mesma folha de papel”, se nos for lícito empregar a terminologia saussureana.

Nesse caso, como definir o termo ‘linguagem diplomática’? Embasados em Humboldt, diríamos que linguagem diplomática é *érgon* ou *energéia*? Ou seria a totalidade produzida pela integração de ambos? De acordo com Saussure, o que seria mais exato denominar: *langue diplomatique* ou *langage diplomatique*? E vista sob a ótica de Carvalho, é possível considerá-la como tal enquanto internalizada, ou somente após ter sido representada pelos signos lingüísticos?

Tais questões, posto que com pretensões de complexidade, não resistem à mais simples das argumentações. É claro que a diplomacia, enquanto que atividade da inteligência humana — às vezes desinteligência — terá sua expressão na linguagem, ao mesmo tempo que só poderá ser percebida, em toda a sua plenitude, pelo trabalho de introspecção possibilitado por essa mesma linguagem. Da mesma forma, a manifestação da atividade lingüística requererá o uso de uma determinada língua, por sua vez cristalizada num ato de fala registrado ou não pela escrita, o que poderia levar o indivíduo mais afoito a optar pelos termos ‘língua diplomática’ ou ‘fala diplomática’.

Em língua Portuguesa, o termo ‘linguagem’ presta-se a duas interpretações. A primeira já foi sobeja e enfadonhamente discutida: a linguagem como processo cognoscitivo e manifestativo. A segunda é muito mais restrita: diz respeito às várias possibilidades de realização do fenômeno dentro de uma determinada comunidade que tem uma língua comum; designa uma parte do saber lingüístico de determinado grupo social. É o que ocorre quando empregamos os termos ‘linguagem coloquial’, ‘linguagem jurídica’ e ‘linguagem diplomática’, entre outros. Tocamos, pois, no problema da ‘linguagem comum’ e das ‘linguagens especiais’. A primeira compreende o inventário léxico e fraseológico referente aos conceitos conhecidos, em princípio, por todos e cada um dos membros de uma comunidade extensa (mas lingüisticamente homogênea), independentemente de questões de profissão, sexo e idade (supõe-se um grau ‘adiantado’ de desenvolvimento mental e cultural). As linguagens especiais são primeira e primariamente as linguagens técnicas. São constituídas, em contraste com a linguagem comum, pelo inventário léxico peculiar às diversas comunidades menores compreendidas naquela comunidade extensa, cujos componentes se encontram ligados por uma forma particular de atividade, profissional sobretudo, mas também científica ou lúdica. Manifestam-se, por exemplo, na linguagem do médico, do jurista, do marinheiro, do lingüista, do economista e do diplomata¹⁰.

O limite entre as linguagens técnicas e a linguagem comum é muito impreciso e varia de indivíduo para indivíduo. A razão desse fato reside no caráter aberto das comunidades, o que possibilita o contato de diversos grupos profissionais entre si, bem como destes com a comunidade em geral. Muitas vezes, algumas palavras e ex-

10. Existem outras modalidades de linguagens especiais, de natureza mais estilística que sócio-cultural: linguagem coloquial, linguagem literária, linguagem poética. As gírias também são linguagens especiais de caráter meramente sociológico. *Teoria da linguagem* de Herculano de Carvalho, p. 333-43.

pressões fraseológicas usuais na linguagem comum são usadas com significação diversa em determinada linguagem técnica. Neste caso, acabam por adquirir significados bastante precisos.

Em suma, o maior ou menor grau de significação de uma determinada 'linguagem especial' depende do contexto em que ela for empregada. É precisamente o que ocorre com a linguagem diplomática, vista como uma das ferramentas à disposição da atividade diplomática, ou mais ainda, como um pré-requisito para o eficaz desempenho da diplomacia como atividade que visa a ajustar diferenças entre Estados nas relações internacionais de cunho oficial¹¹.

A esta altura, para satisfação da ansiedade ou impaciência do leitor, torna-se necessário definir o que é linguagem diplomática, uma vez analisado o problema do termo 'linguagem', especificamente falando, e considerada esta uma 'linguagem especial', de acordo com a definição anterior. Para tal, seguiremos inicialmente a metodologia de Harmon¹², que percebe no termo 'linguagem diplomática' três significações, distintas entre si mais por uma questão dática que conceptual.

A primeira diz respeito à linguagem empregada pelos diplomatas no seu relacionamento mútuo, como por exemplo as comunicações efetuadas entre a Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e as missões diplomáticas brasileiras no exterior, ou mesmo as comunicações realizadas no interior do Ministério. É claro que esta linguagem realiza-se mais perfeitamente no plano escrito: são os telegramas, as circulares, os bilhetes, os ofícios, enfim, todas as modalidades de correspondência diplomática de caráter oficial ou 'redação e expressão profissional'. É importante que estes condicionantes sejam frisados, pois não necessariamente a comunicação escrita e a oral — mormente esta última — precisa obedecer às diretrizes da linguagem diplomática, ou, pelo menos, da boa linguagem diplomática. Basta que nos recordemos do sutil divisor de águas entre linguagem comum e as linguagens técnicas. Nem sempre o que se ouve de uma conversa entre diplomatas, ou mesmo o que se pode ler em certos documentos e comunicados merece o adjetivo 'diplomático'.

Se quisermos alargar o campo desta primeira significação de 'linguagem diplomática' diríamos que "ela sugere uma responsável e cuidadosa apresentação oral" — ou escrita, conseqüentemente — "de fatos e opiniões; emprega uma fraseologia flexível que objetiva não impedir uma eventual mudança de posição no futuro"¹³. Desse modo, quando um comunicado diplomático afirma "não haver ainda conhecimento definitivo de tal fato" ou "não existem condições efetivas para tomar providências quanto a tal assunto", isto quer dizer que não existe impedimento para que esse fato venha a ser conhecido e que sejam tomadas as providências cabíveis, em data futura.

Um exemplo bastante pertinente de linguagem diplomática — ainda sob o prisma da primeira significação proposta por Harmon — encontra-se no comunicado à imprensa referente à visita do Minis-

11. *In its broadest sense, diplomacy implies tact, shrewdness or skill in conducting any kind of negotiation, even in social matters. It is still the artful management of negotiation with a view of securing advantages*", em *Language, law and diplomacy*, de A. Ostrower, p. 124.

12. *The Art and practise of diplomacy*, de Robert Bartlett Harmon.

13. Alexander Ostrower, obra citada, p. 124-5.

14. *Resenha de Política Exterior*, do Ministério das Relações Exteriores, nº 22, jun./ago. 1979. Este exemplo endossa outras palavras de Ostrower, na sua já citada obra, a respeito da linguagem diplomática enquanto instrumento de expressão profissional do diplomata: "*The application of tact and skill in accordance with recognized rules and customs of diplomacy*" (p. 124).

15. *The Art and practise of diplomacy*, de Robert Bartlett Harmon, p. 157.

É oportuno observar que o termo 'ordinário' aqui empregado refere-se aos significados nº 1 e 2 do já citado dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Afinal, muitas controvérsias internacionais deveram-se à polissemia das palavras: ordinário, adj. 1. Que está na ordem usual das coisas, habitual, useiro, comum; 2. Regular, periódico, costumado, freqüente.

16. *Diplomacy*, de Harold George Nicolson.

tro de Negócios Estrangeiros japonês, Sunao Sonoda, ao Brasil, em agosto de 1979:

"O Ministro Sonoda e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, tiveram uma troca de idéias cordial e proveitosa sobre a situação política e econômica internacional e sobre questões bilaterais de interesse mútuo. As conversações foram realizadas em uma atmosfera extremamente amistosa"¹⁴.

O analista precipitado, limitado e incauto poderia pensar que o ministro japonês teria vindo ao Brasil para conversar sobre amenidades e assuntos que mais serviriam de tema para editoriais. Na verdade, a adjetivação do trecho é por demais conotativa e vaga (uma troca de idéias "cordial e proveitosa"). E seria pouco provável uma conversa sobre "questões bilaterais de desinteresse mútuo". Toda essa imprecisão, porém, não deixa de ser uma porta aberta para compromissos futuros.

A segunda interpretação dada por Harmon ao termo 'linguagem diplomática' refere-se às "frases técnicas que, no curso da História, têm-se tornado partes do vocabulário diplomático ordinário"¹⁵. Exemplos:

— *Modus vivendi*: nome dado a um acordo temporário que se espera substituir, mais tarde, por uma convenção mais formal e precisa.

— *Fin de non-recevoir*: expressão usada para descrever a prática diplomática que consiste em rejeitar uma reclamação oficial sem ao menos examinar o mérito da questão. Quando um diplomata diz que sua gestão foi recebida com um *fin de non-recevoir*, ele está querendo dizer que 'recusaram-se totalmente a levar o caso em conta'¹⁶.

— A promoção de 'uma nova ordem econômica internacional': Frase que fica bem em qualquer discurso de político mais ilustrado, ensaio econômico, discurso improvisado de diplomata em cerimônia oficial; frase que pode ser utilizada (em português ou vertida para o francês e inglês) nas provas de ingresso à carreira diplomática; exigência dos países subdesenvolvidos e proposta dos desenvolvidos; enfim, frase que todo mundo repete, mas poucos sabem o que significa.

— No caso de tal acontecimento, meu governo 'sentir-se-á inclinado a reconsiderar cuidadosamente a sua posição': indica que as relações amistosas entre os dois países estão prestes a findar.

— Um 'ato não-amistoso': Se um diplomata avisa que certa atitude de um determinado governo estrangeiro será acatada como um ato não-amistoso, isto deve ser interpretado como uma ameaça de guerra.

Podemos, também, extrapolar os limites desta segunda interpretação do termo 'linguagem diplomática', para aplicá-la a exemplos mais concretos. Certas diretrizes da política externa brasileira, por força de coerência, continuidade e repetição, têm-se tornado

17. *Resenha de Política Exterior*, do Ministério das Relações Exteriores, n.º 21, maio/jul. 1979.

18. Acerca da mudança de significado, veja Stephen Ullmann, *Semântica*, tradução portuguesa da Fundação Gulbenkian, p. 401-93. Ao apresentar as causas das mudanças de significado, Ullmann diz o seguinte das 'causas sociais': Quando uma palavra passa da linguagem vulgar para uma nomenclatura especializada — a terminologia de um ofício, de uma arte, de uma profissão ou de qualquer outro grupo limitado — tende a adquirir um sentido mais restrito. Inversamente, as palavras que vêm da linguagem de um grupo para o uso comum têm propensão para ampliar o seu significado. Há assim duas tendências socialmente condicionadas que operam em direções opostas: a especialização e a generalização.

19. Robert Bartlett Harmon, obra citada, p. 158. E vai mais adiante em suas considerações acerca desta faceta da linguagem diplomática: "*Since diplomacy involves the application of intelligence and tact to accomplish its purposes, language becomes an indispensable tool in this process. Within this context words, terms and phrases assume measurable values much like of money. For example, if a diplomatic official of a high rank informs the government to which he is accredited that his own government 'cannot remain indifferent to some major international dispute', he is really implying that his government will undoubtedly intervene in the dispute. By the same token other phrases have specific meanings. If a diplomat in a speech or communication indicates that his government views with concern or 'views grave concern' with he in effect means that is a matter on which his government intends to adopt a strong line. The disregard by a government of this warning may cause the diplomat to voice a stronger position while maintaining a courteous and conciliatory posture*".

unidades semânticas convencionais e partes integrantes do vocabulário diplomático ordinário. Como exemplo, citamos um trecho do discurso do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, ao receber do Embaixador Azeredo da Silveira o cargo de Ministro das Relações Exteriores, em 15 de março de 1979:

"A Política Externa (do Brasil) se guiará por princípios cardeais entre os quais sobressaem a independência, a igualdade soberana dos Estados, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a solução pacífica de controvérsias e a cooperação para o desenvolvimento e o bem-estar"¹⁷.

A grande inconveniência do emprego de tais frases feitas está em que, por um processo de evolução semântica — também "no curso da História" — elas acabem por perder total ou parcialmente a significação original¹⁸, por adquirir outro significado inadequado ou diverso do anterior, ou mesmo por se tornarem meros significantes cujos significados, à força de desuso, abuso ou desrespeito, não mais se lhes concernem. Frases como 'a preservação da soberania e da independência nacionais' ou 'a cooperação internacional para promover a prosperidade econômica, o desarmamento e a paz' vêm sendo repetidas desde que foram endossadas pelos signatários da Carta do Atlântico (de onde estas frases foram retiradas), em 1941. Estão presentes nos mais variados pronunciamentos, acordos e tratados internacionais, mas o vazio semântico da linguagem diplomática empregada não leva, necessariamente, ao cumprimento do que foi estabelecido. É óbvio que existem grandes interesses político-econômicos subjacentes a tudo isso. No entanto, fica comprovada a eficácia da citada definição de Ostrower, que diz que a linguagem diplomática emprega uma "fraseologia flexível que objetiva não impedir uma eventual mudança de posição no futuro" (*Language, law and diplomacy*).

A terceira e última interpretação que Harmon atribuiu ao termo 'linguagem diplomática' é aquela do senso comum: linguagem utilizada em cautelosas afirmações nas entrelinhas (*under-statements*), o que permite a diplomatas e ministros dizerem coisas áspers entre si, sem se tornarem, para tanto, provocativos ou grosseiros¹⁹. Se um diplomata diz a seu parceiro (*counterpart*) estrangeiro "meu governo sente-se obrigado a estabelecer efetivas reservas quanto a tal fato", está, na verdade, dizendo que o seu governo não permitirá a efetivação de tal ato.

Há pouco tempo, o Ministro das Finanças argentino José Martínez de Hoz declarou à imprensa em Buenos Aires que "a Argentina não seria colônia do Brasil". Hoz se referia à importação de aço brasileiro por seu país, em contrapartida à exportação de trigo argentino para o Brasil. Ao comentar o assunto, em entrevista coletiva à imprensa no dia 20 de março de 1981, o Chanceler Saraiva Guerreiro declarou que "vender aço e comprar trigo é uma coisa boa para os dois, principalmente se isso atender às necessidades de ambos os lados. Mas isso não define uma relação colonial. No caso específico da Argentina, o comércio é muito mais variado do que aço contra trigo, ou de produtos industriais contra produtos primários. Há maior complexidade na pauta das exportações nossas e das vendas argen-

20. *Jornal de Brasília*, 21 de março de 1981, p. 9.

21. Revista *VEJA*, 17 de setembro de 1981, p. 27.

22. *Resenha de Política Exterior*, do Ministério das Relações Exteriores, nº 9, p. 61.

tinhas. Essa variedade tenderá a aumentar, a não ser que haja — e que Deus nos livre — momentos irracionais”²⁰. Podemos perceber que, com estas palavras, o ministro brasileiro deixou claro que Hoz não estava muito bem informado sobre as relações comerciais entre os dois países, pois a troca de aço por trigo não é suficiente para configurar uma relação colonial (isto é, de dependência), além de ter espalhado uma sutil ironia pelo ar, quando se referiu aos ‘momentos irracionais’. Sem dúvida, as declarações de Hoz podem representar um desses momentos.

Outro bom exemplo do recurso à linguagem diplomática para dizer coisas ásperas por meio de uma linguagem polida pode ser encontrada na revista *Veja*, na reportagem intitulada ‘Diploneurose’, que trata do problema do homossexualismo nos quadros do Ministério das Relações Exteriores. Contém o seguinte trecho:

“A melhor defesa do Itamaraty contra a acusação de que abriga homossexuais foi produzida pelo então Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, num almoço no Rio de Janeiro com o comandante do I Exército, Sisen Sarmento, em 1968:

— Como o senhor os identifica no Exército, General”²¹

Quando o Ministro das Relações Exteriores da Guatemala esteve no Brasil, em 1976, e proferiu um discurso no Palácio do Itamaraty ao então Chanceler Azeredo da Silveira, não podia sequer imaginar que isto seria material para um trabalho sobre linguagem diplomática. A certa altura de sua fala dizia o Ministro:

“Todos nós que julgamos tão elevado esse valor fundamental em nossas instituições democráticas, consideramos a liberdade o valor máximo que devemos defender a todo custo, principalmente contra a pretensa imposição de modelos exóticos ou de doutrinas estranhas que não se coadunam com nossa maneira de viver e com as nossas históricas tradições de democracia na América”²².

Possivelmente, o Ministro das Relações Exteriores de Cuba não teria gostado muito da catalogação do regime do seu país como ‘exótico ou estranho’. De qualquer modo, esta saraivada diplomática não deixou de ter o endereço certo: um recado às pretensões cubanas de disseminar seu ideário pela América Central e a confirmação, ao governo brasileiro, de que as aspirações políticas dos dois países — Brasil e Guatemala — são comuns.

No entanto, nem sempre a linguagem diplomática veste-se do veludo que lhe é característico. Declarações duras são encontradas fartamente. Quando analisamos problema da tripartição das possíveis interpretações do termo ‘linguagem diplomática’, dissemos que tal atitude devia-se mais a uma questão didática que conceptual. Na declaração do Ministro Azeredo da Silveira, a seguir transcrita, misturam-se e confundem-se as três significações propostas por Harmon:

“Os entendimentos mantidos com o Secretário dos Estados Unidos da América por várias autoridades do governo brasileiro, quando de sua recente visita, são de molde a inspirar certo otimismo

23. Trecho da entrevista do Chanceler Azeredo da Silveira publicado na edição *Revista Econômica* de 26 de abril de 1976 do *Jornal do Brasil*.

24. Em especial a frase "É claro que, se isto ocorrer, estará havendo, na prática, uma represália implícita contra os fornecedores tradicionais 'ainda que o ânimo de retaliar não esteja presente'." O trecho entre aspas simples sintaticamente classificado como concessivo, diminui o impacto da afirmação anterior.

no que toca a esse país". (O protecionismo norte-americano era o assunto em questão). "Caso, entretanto, os países desenvolvidos permaneçam infensos às nossas justas reivindicações de um tratamento equânime para as exportações brasileiras, o Brasil não terá outro remédio senão reorientar suas compras para aqueles países com os quais mantém saldo na balança comercial, ou que se comprometem a adquirir produtos brasileiros em proporções aproximadamente iguais. É claro que, se isso ocorrer, estará havendo, na prática, uma represália implícita contra os fornecedores tradicionais, ainda que o ânimo de retaliar não esteja presente. A consequência seria um afastamento gradual dos nossos parceiros tradicionais, o que não pode ser um objetivo"²³.

Esta é, inegavelmente, uma frase áspera quanto às afirmações, mas suavizadas pelas concessões;²⁴ demonstra uma posição firme no presente, mas que não fecha as portas a futuros entendimentos; todas as ameaças são hipóteses que, no plano lingüístico-formal, resolvem-se no emprego de orações condicionais ("Caso os países desenvolvidos...", "se isto ocorrer..."). É um feliz exemplo de linguagem diplomática usada em toda a sua efetividade: emprega termos conhecidos na diplomacia ("tratamento equânime", "os entendimentos mantidos... são de molde a inspirar certo otimismo", "nossos parceiros tradicionais"), permite que sejam feitas afirmações severas, por meio de uma linguagem sutil (toda a responsabilidade das futuras ações do Brasil caberia aos Estados Unidos), mostra o novo posicionamento da política exterior do Brasil (buscar novos mercados) e reivindica uma postura definida ao parceiro do Norte (tratamento equânime).

Como todos os exemplos dados até agora sobre linguagem diplomática restringiram-se a pronunciamento e declarações de pessoas desta carreira, não pense o impetuoso leitor que tal atitude é privilégio (ou mal) da casta diplomática. Mesmo o Presidente Figueiredo, tão amante da linguagem aberta, franca e mais fogosa — por vezes, em demasia — tem-se valido dessa 'linguagem especial', se bem que marcada por um tom mais frontal e direto: "*Finalemment, dit-il*", (Presidente Figueiredo) "*le dialogue Nord-Sud se développe fondamentalement dans ce que j'appelle notre espace politique, et ce dialogue doit être un facteur de rapprochement entre les peuples. Mais le moment actuel réclame beaucoup de largeur de vue et de souplesse. Nous devons rejeter les hégémonies et les simplifications. Les décisions qui sont à prendre impliquent une participation large et équitable. Les rapports avec les autres nations doivent s'établir sur des bases sérieuses. Plus le nouvel ordre économique mondial sera juste, plus profitables seront nos relations. Et cela est vrai des rapports (sic) entre pays développés et nations en voie de développement*"²⁵.

Se nos distanciarmos um pouco do campo das relações inter-governamentais, de caráter oficial, acabaremos por descobrir um outro significado para linguagem diplomática. Trata-se do sentido coloquial do termo — conforme a terminologia de Ostrower —, segundo o qual a linguagem diplomática é sempre utilizada para camuflar propósitos ocultos. O adjetivo 'diplomático', neste caso, re-

25. Trecho da entrevista do Presidente Figueiredo à imprensa, quando de sua estada oficial na França, publicada no jornal *Le Monde* de 28 de janeiro de 1981.

26. Alexander Ostrower, obra citada, p. 126.

27. *Resenha de Política Exterior*, do Ministério das Relações Exteriores, n.º 16, jan./mar. 1978.

28. O trecho de onde a frase retirada refere-se ao primeiro capítulo do romance. Perpétua e Natividade dirigem-se a uma cabocla capaz de adivinhar o futuro e uma delas, Natividade, pede-lhe que faça uma previsão para o futuro de seus filhos gêmeos recém-nascidos. Após todo o ritual dançante, a cabocla queda-se exausta, e a mãe está ansiosa para ouvir a resposta ao seu pedido:

— Então? Diga, posso ouvir tudo.

Bárbara, cheia de alma e riso, deu um suspiro de gosto. A primeira palavra parece que lhe chegou à boca, mas recolheu-se ao coração, virgem dos lábios dela e de alheios ouvidos. Natividade de instou pela resposta, que lhe dissesse tudo, sem falta...

— Cousas futuras! murmurou finalmente a cabocla.

— Mas, cousas feias?

— Oh! não! Causas bonitas, coisas futuras”.

29. *The Art and practise of diplomacy*, de R. B. Harmon, p. 158. A esse respeito existem outras considerações — se bem que semelhante às de Harmon — que lhes podem ser acrescentadas: “*The advantage of this conventional form of communication is that it maintains an atmosphere of calm, while enabling statesmen to convey serious warnings to each other, which will not be misunderstood. The disadvantage is that the public, and sometimes the statesmen themselves, are not acquainted with the actual value, in diplomatic currency, of the expression used. On the other hand an ignorant or incautious use of these phrases may give to a given situation a gravity which it does not possess. On the other hand, when a really serious crisis arises the public is apt to assume from the mildness of the language used that the crises cannot be as grave as the alarmists had given them to suppose.*” (*Diplomacy* de H. G. Nicolson, p. 98).

presenta a noção popular do que seja o relacionamento diplomático (*which is assumed to express suspicion*”²⁶). Algumas páginas atrás, quando comentamos o comunicado à imprensa referente à visita do Ministro Sonoda ao Brasil, nos adiantamos em considerações que seriam cabíveis também aqui, visto que esta última significação de linguagem diplomática coexiste com a primeira (cuja explicação antecede ao referido comunicado à imprensa). É apenas uma questão de posicionamento no enfoque da questão: o que para um diplomata é uma linguagem que ‘deixa uma porta aberta para compromissos futuros’, para um leigo pode ser um tipo de linguagem vazia, ‘utilizada para camuflar propósitos ocultos’.

Podemos ainda apresentar outro exemplo, para confirmar as idéias acima expostas. Trata-se de um trecho do comunicado conjunto à imprensa (Brasil-Estados Unidos), de 30 de março de 1978:

“Os dois presidentes expressaram grande satisfação pessoal por ter resultado de suas conversações — conduzidas em uma atmosfera de amizade e de respeito mútuo — uma troca de pontos de vista bastante útil, abrangente e mutuamente benéfica, sobre uma ampla gama de questões multilaterais e bilaterais, com plena compreensão de cada um”²⁷.

Fique, pois bem estabelecido que, a despeito das intenções miméticas do autor e da incapacidade de incompreensão do leigo, a linguagem diplomática não deve ser totalmente desprovida de significado ou de intenção. Nem mesmo os porta-vozes do Ministério das Relações Exteriores podem dar-se ao luxo de, ao serem inquiridos sobre o que resultará de concreto das conversações entre dois chefes de Estado, responder à semelhança da cabocla Bárbara no romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis: “___ Causas futuras!”²⁸.

Se fizermos um balanço do que foi visto até agora em matéria de linguagem diplomática, podemos afirmar que ela apresenta vantagens e desvantagens — como diria o conselheiro Acácio. Sua grande vantagem está em possibilitar que comunicados muitas vezes austeros ou que tratam de graves problemas possam ser expressos por meio de uma aparência calma, o que pode contribuir muito para o claro e racional entendimento dos assuntos em questão. Por outro lado, o público — ou mesmo o diplomata — pode não estar totalmente cômico do valor e significado dos termos dessa linguagem, o que pode conduzir à errônea interpretação e entendimento imperfeito da matéria em pauta. “A leitura cuidadosa de mensagens diplomáticas de governos estrangeiros, por exemplo, é sempre uma tarefa difícil e delicada”²⁹.

Resta-nos, pois, enfocar o problema da linguagem diplomática sob uma perspectiva mais ampla: algumas considerações de caráter mais geral, mas que, para desespero do leitor, ainda não serão as considerações finais propostas na introdução deste estudo.

A primeira situa-se no campo da semântica. Pode ter ficado a impressão — errônea, por certo — de que a linguagem diplomática é meramente uma linguagem imprecisa, permeada de clichês, enganosa e esotérica. Não se trata somente disto.

30. As definições de conotação e denotação aqui mencionadas encontram-se, mais desenvolvidas em *Comunicação em prosa moderna*, Othon M. Garcia, p. 141-6.

31. Quanto ao problema da tradução de tratados ou acordos de uma para outra língua diplomática (e não linguagem) é sempre proveitoso lembrar as divergências surgidas quando da interpretação da Resolução 242 da O.N.U., que trata da retirada das tropas israelenses dos territórios por elas ocupadas nas guerras contra os árabes. O texto inglês se referia à retirada "*from occupied territories*", ao passo que a versão francesa se referia à retirada, "*des territoires occupés*". a verdade, tudo não passava de um artifício empregado pelos israelenses, para ver se durava, nem que fosse só mais um pouquinho, o sonho da reconstituição da Canaã bíblica, mesmo que, para isso, a luta se deslocasse dos campos de batalha do deserto para o campo de batalha da gramática.

32. Parte disso já foi desenvolvido quando focalizamos a terceira significação do termo 'linguagem diplomática' proposta por Harmon.

Neste ponto, torna-se necessário tocar no problema da conotação e denotação. Quando uma palavra é tomada no seu sentido usual ou literal, isto é praticamente naquele que lhe atribuem os dicionários, diz-se que tem 'valor denotativo' (ou referencial), isto é, que designa ou denota determinado objeto. Refere-se, portanto, à realidade tangível. Seu sentido é, assim, exato, porque concreto. Se, porém, a palavra não se refere diretamente a coisas, objetos ou seres reais, se não designa algo perceptível pelos sentidos, mas apenas sugere ou evoca outras idéias associadas, de ordem abstrata (conceitos, sentimentos, emoções), diz-se que seu 'valor é conotativo'³⁰.

Desse modo, compreende-se porque a linguagem diplomática pode lançar mão — e o faz com freqüência — da conotação, seja para minimizar o impacto de certas declarações, ou seja mesmo para o propósito de enganar. No entanto, são inúmeras as situações onde a denotação é o traço fundamental em qualquer comunicação ou acordo diplomático. Isto ocorre fundamentalmente no plano escrito: tratados internacionais em todas as suas variedades e a correspondência ordinária pertencente ao universo das relações diplomáticas. Basta-nos lembrar as dúvidas suscitadas pelo termo 'reparações' no Tratado de Versalhes, pelo qual a Alemanha ficava responsável pelas reparações de guerra à França. É claro que aqui se ajuntam os problemas da polissemia e os da tradução dos termos de um tratado para várias línguas. Uma palavra traduzida do francês para o alemão, por exemplo, poderá ter, nesta segunda língua, toda uma gama de significados não existentes na primeira. Mas isto foge ao escopo do nosso estudo. Afinal de contas, se todas as abordagens possíveis estão contidas em uma obra, as outras correm o risco de parecerem limitadas³¹.

A segunda consideração leva em conta o constante confronto de interesses característico da atividade diplomática. Quer encarada segundo Ostrower, como vimos em páginas anteriores deste estudo, quer enfocada como "a destreza ou a arte de assegurar vantagens sem provocar hostilidade", quer vista como "habilidade ou tato na conduta de negociações", a atividade diplomática é marcada pelo constante estado de tensão, pois é limitada pelo tempo, pelas diferenças geográfico-culturais e pelo interesse comum de cada parte em tirar o máximo de vantagens para si. A linguagem diplomática desempenha aqui um papel preponderante: não deixar transparecer essa tensão, seja para não dar a um fato amplitude maior ou menor que na realidade ele possa ter, seja para simplesmente não mostrar o jogo ao adversário³².

É sabido que ao diplomata apenas cumpre executar e não traçar as diretrizes da política exterior do seu país. Ele está subordinado às orientações do Ministério das Relações Exteriores e seu campo de atuação é um tanto restrito. Esta posição já é, por si, um vetor que contribui para acentuar as tensões já mencionadas. Todavia, ocorrem situações que exigem do diplomata uma grande dose de criatividade e iniciativa conforme a peculiaridade do momento em que ele se encontra. Mesmo no caso de imprevistos, a maleabilidade linguística para não demonstrar a tensão deve acompanhar a flexibili-

dade do seu comportamento. Existe um primoroso exemplo do manejo da linguagem como uma das ferramentas básicas da atividade diplomática, exemplo este que muito bem ilustra as afirmações acima. Trata-se de um episódio ocorrido em Moçambique, uma das escalas da peregrinação do Chanceler Saraiva Guerreiro a vários países da África Negra, em junho de 1980:

“A saudação do chanceler moçambicano Joaquim Chissano a Saraiva Guerreiro, na sexta-feira, durante a recepção no Hotel Polana, bateu na mesma tecla” (“o passado não se esquece” — declaração do diretor do Banco Central de Moçambique a um repórter da revista *Veja*, ao se referir às relações Brasil-África do Sul) e deixou a comitiva brasileira um tanto elétrica. Falando de improviso, o desembarcado ministro de apenas 41 anos ignorou ostensivamente a protocolar referência ao governo brasileiro, para desdobrar-se em simpáticos floreios à amizade entre os dois povos. Raposa velha, Saraiva Guerreiro deixou intacto o discurso de cinco laudas que trazia no bolso — e que continha elogios à atuação do Presidente moçambicano Samora Machel. De improviso, tratou de esquivar-se da expressão ‘povos’, de conotação algo militante para as normas diplomáticas do Itamaraty, omitiu a palavra original ‘governos’ e jogou ‘âncora’ no termo mais neutro, ‘países’.”

A terceira e última consideração é de ordem lingüística: diz respeito ao problema do texto e contexto. A análise deste assunto é de capital importância, se nos conscientizarmos de que a linguagem diplomática só tem plena realização em determinado contexto. Mas isto requer um estudo mais detalhado.

Quando em Teoria da Linguagem ou em Lingüística falamos de texto, referimo-nos ao produto imediato do ato de fala, quer seja ele materialmente explicitado, quer se conserve no interior da consciência do sujeito falante, mas sempre susceptível de ser traduzido em palavras sonoras. “O texto escrito é algo de secundário, constitui unicamente a fixação do texto verbal ou a sua representação gráfica. O texto de que falamos, pelo contrário, nunca falta, desde que exista um ato verbal, embora possa não se manifestar oralmente, como sucede nos atos de fala silenciosos, que têm como produto textos silenciosos, os quais tanto como os outros, podem ou não fixar-se por escrito”³³.

Quando nos deparamos com um texto³⁴ oral ou escrito e procuramos compreendê-lo, isto exige a recriação e reconstituição de alguns elementos e circunstâncias que não estão presentes no texto e sequer fazem parte do discurso verbal, mas que são indispensáveis à realização plena da sua função significativa e constituem aquilo que genericamente chamamos de ‘contexto’. Este abrange desde o sistema lingüístico em que foi produzido o texto, a existência ou não de outros textos que precedem e/ou seguem o texto considerado, a situação onde esse texto tem lugar, até o conjunto dos objetos, circunstâncias e acontecimentos extralingüísticos que determinam a produção desse texto.

Assim, o termo ‘contexto’ assume dupla significação no que tange à questão da linguagem diplomática. De um lado refere-se ao

33. Herculano de Carvalho, *Teoria da linguagem*, p. 229. Sua terminologia nos parece um tanto confusa, mormente se comparada com a de Saussure.

34. “Vai-se o primeiro ‘texto’ despertado...”

conjunto de situações lingüísticas e extralingüísticas em que tal modalidade de linguagem vai ser empregada: o emprego de um estilo mais formal ou informal, mais agressivo ou mais sutil, o uso de palavras com sentido fundamentalmente denotativo ou conotativo; o conhecimento e emprego de vocabulário técnico característico da atividade diplomática. Este é o lado do agente. De outro lado, o receptor ou paciente (às vezes, esse adjetivo requer muito do substantivo) deve conhecer perfeitamente esse mesmo contexto para que possa compreender plenamente toda a gama de sutilezas — e ao mesmo tempo, a objetividade — que possui a linguagem diplomática.

Uma afirmação do tipo “o pianista finalizou a canção com um acorde de sétima maior e nona” só terá plena significação dentro de determinado contexto: entre pessoas que tenham algum conhecimento teórico de música. Da mesma forma, ao nos depararmos com uma declaração como esta — “A realização de interesses brasileiros passa pelo sistema internacional, e, portanto, no próprio processo de realização, há que se viver plenamente esses sistemas, em sua presente instabilidade e na variedade de seus subsistemas, para que as opções adotadas sejam as mais adequadas ao cumprimento dos objetivos nacionais”³⁵ —, devemos levar em conta o problema do contexto: a área da atividade humana correspondente a esse tipo de linguagem (diplomacia) e o significado de alguns termos nesse contexto (por exemplo: sistema internacional, subsistema, objetivos nacionais), a existência de outros textos que antecedem ou sucedem este trecho e o lugar e a ocasião em que este pronunciamento foi levado a termo.

Ao dizermos, portanto, que a linguagem diplomática só se realiza em toda a sua efetividade no plano contextual, encerramos o enfoque específico desta modalidade de linguagem. Podemos, pois, retornar ao tratamento do problema da linguagem diplomática sob o prisma da lingüística, tal como no início deste estudo. Para alívio do leitor, serão estas as prometidas considerações finais.

Já foi enfadonha e fartamente explicada, neste estudo, a ambigüidade ou polissemia do termo linguagem, bem como demonstrada a diversidade de abordagens levadas a cabo por vários lingüistas e gramáticos. Não resta dúvida, pois, quanto a este assunto. Ou, pelo menos, não deveria restar. Mas existem outros estudos, dignos de registro, empreendidos por lingüistas mais modernos, que trazem visão nova do problema.

A primeira teoria a ser apresentada é a de Jakobson, desenvolvida no livro *Lingüística e comunicação*³⁶. Nesta obra, o autor, à semelhança daqueles outros mencionados neste estudo, também considera a linguagem como um fenômeno cognoscitivo-manifestativo, mas dá especial ênfase à manifestação deste fenômeno durante o processo de comunicação. Neste processo, a linguagem manifesta-se segundo seis funções diferentes, mas integradas: função emotiva ou expressiva (ligada ao emissor), função apelativa (ligada ao receptor, quando queremos chamar a sua atenção), função referencial, informativa ou denotativa (visa apenas a informar), fun-

35. Trecho da conferência do Ministro Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1979, *Resenha de Política Exterior*, do Ministério das Relações Exteriores.

36. Roman Jakobson, *Lingüística e comunicação*. Para maiores detalhes, consultar o capítulo *Lingüística e poética*.

37. Eugenio Coseriu, *Teroia del lenguaje y lingüística general*.

38. "(...) no vemos ningún obstáculo para que se emplee 'lenguaje' como término general, para indicar el conjunto de conceptos 'hablar' — acervo lingüístico — lengua, si se tiene siempre presente que se trata, en último análisis, del mismo fenómeno considerado desde tres puntos de vista distintos: 1. en su realidad concreta; 2. en su virtualidad y como condición, como 'substrato' del hablar concreto. 3. como abstracción que se estructura sobre la base de los actos lingüísticos concretos y que la 'lengua' se comprueba sólo en el hablar" (Eugenio Coseriu, obra citada, p. 92-3).

39. Coseriu, obra citada, p. 94.

40. Alguns anos atrás, por volta de 1971 e 1972, surgiu umã controvérsia em torno do substantivo 'desamor'. Teria sido lícito formar tal substantivo, com base no verso 'desamar', já registrado nos dicionários? Argumentou-se que o 'sistema' lingüístico possibilitava a criação, se bem que ainda não fosse 'normal'. Muitas inovações na língua se fazem pela violação da norma lingüística existente, mas sempre dentro das possibilidades do sistema. Mário Palmério, em sua obra *Vila dos Confins*, nos conta que muitos eleitores, ao se apresentarem para votar nas eleições, "choferavam os seus nomes pela folha de papel".

Coseriu faz interessante analogia para esclarecer o que entende por sistema: "si se nos permite una analogia, diríamos que el sistema no se impone al hablante más de lo que la tela y los colores se imponen al pintor: el pintor no puede salirse de la tela y no puede emplear colores que no tiene, pero, dentro de los límites de la tela y en el empleo de los colores que posee, su libertad expresiva es absoluta. Podríamos decir, pues, que, más bien que imponerse al individuo, el sistema se le ofrece, proporcionándole los medios para su expresión inédita, pero, al mismo tiempo, comprensible, para los que utilizan el mismo sistema" (obra citada p. 98). Ademais, os grandes criadores da língua rompem conscientemente com a norma e utilizam, no mais alto grau, as possibilidades do sistema. A obra de Guimarães Rosa é o melhor exemplo disso.

ção fática (objetiva estabelecer, prolongar ou interromper a comunicação) e a função poética (função própria da Literatura). A linguagem diplomática, pela diversidade do seu caráter, manifestar-se-ia por via de algumas dessas funções, de acordo com o objetivo do momento, e se consubstanciaria marcadamente nas funções informativa e metalingüística, ou seja, na informação resultante do emprego da linguagem e na necessidade do estudo e da interpretação cuidadosa do código utilizado no texto.

A teoria de Jakobson não se aplica perfeitamente ao estudo que temos feito da linguagem diplomática. Serve apenas como informação complementar, visto termos partido de um outro enfoque do problema. Existe outra teoria, proposta por Eugênio Coseriu em sua obra *Teoria del lenguaje y lingüística general*³⁷ que, a nosso ver, elimina de vez o problema da ambigüidade e polissemia aqui citados.

Coseriu também distingue na linguagem como atividade dois fatores que a condicionam: um aspecto psíquico (*lenguaje virtual*) e um aspecto propriamente lingüístico (*lenguaje realizado*). A língua faria parte deste universo ambivalente, teria lugar na 'linguagem realizada' e se efetivaria no ato de fala³⁸.

Apoiando-se no falar concreto, único aspecto investigável da linguagem, Coseriu estabelece os conceitos de norma e sistema, para configurar, assim, a sua teoria da tripartição do signo lingüístico em fala, norma e sistema, uma reinterpretação da dicotomia saussureana língua e fala. Esta teoria toma como base uma língua falada por uma comunidade, não importa qual seja ela, e se aplica a qualquer uma delas. O indivíduo cria suas formas de expressão em uma língua, fala uma língua e atualiza, no falar, moldes e estruturas da língua de sua comunidade.

De acordo com Coseriu, "em um primeiro grau de formalização, estas estruturas são simplesmente normais e tradicionais na comunidade; constituem o que denominamos norma. Mas, em um plano de abstração mais alto, decorrem das normas uma série de elementos essenciais e indispensáveis de oposições funcionais, o que chamamos de sistema"³⁹. Podemos dizer, portanto que o 'sistema' apresenta-se como um sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam o que é permitido e o que é proibido. Pode ser considerado como um conjunto de imposições ou como um conjunto de liberdades, uma vez que o sistema admite infinitas realizações e combinações, desde que não sejam afetadas as condições funcionais do instrumento lingüístico⁴⁰.

A norma é que, na verdade, impõe-se ao indivíduo, limitando a sua liberdade expressiva e diminuindo as possibilidades oferecidas pelo sistema. A norma é, de fato, um sistema de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais. Dentro da mesma comunidade lingüística nacional e dentro do mesmo sistema funcional podem existir várias normas, a que se convencionou chamar de linguagem familiar, linguagem popular, língua literária, linguagem vulgar e linguagem diplomática, entre outras. Estas normas distinguem-se

41. Coseriu, obra citada, p. 98.

entre si pelo emprego do vocabulário, pela pronúncia e pelas formas gramaticais⁴¹.

Desse modo, fica desfeito o mito da Torre de Babel, se entendermos o termo 'linguagem diplomática' como uma das normas possíveis dentro de um sistema-base de uma dada comunidade lingüística. Conseqüentemente, não há mais motivo para a possível confusão entre 'língua diplomática' e 'linguagem diplomática', pois, como já vimos, a qualquer língua viva podemos aplicar a teoria tripartite de Coseriu. O inglês, por exemplo, é uma 'língua diplomática'; dentro dessa língua existe um determinado tipo de norma, denominado 'linguagem diplomática' (*diplomatic language*).

Fora isto esclarecido logo no início deste estudo, muitas considerações marginais teriam sido evitadas, mas, em contrapartida, o trabalho não teria tido este número de páginas, nem tampouco o leitor teria tido a oportunidade de tomar ciência de tais 'reconhecidas' informações. Conhecimentos outros e saberes exóticos, deles esta obra carece; as raras falhas "eu me sinto incapaz de remediá-las em razão das minhas poucas letras e natural insuficiência, e, ainda de mais a mais, porque sou muito preguiçoso e custa-me a andar procurando autores que me digam aquilo que eu muito bem sei dizer sem eles"⁴².

42. Miguel de Cervantes *Don Quijote de la Mancha*, de prólogo da edição portuguesa (1962).

Bibliografia

"... nada mais tendes a fazer do que pegar em um catálogo, que contenha todos os autores conhecidos por ordem alfabética...; depois pegareis nesse mesmo catálogo e o inserireis no vosso livro, porque, apesar de ficar a mentira calva por não terdes necessidade de incomodar a tanta gente, isso pouco importa, e porventura encontrareis leitores tão bons e tão ingênuos que acreditem na verdade do vosso catálogo...; e quando não sirva isto de outra coisa, servirá contudo por certo de dar ao vosso livro uma grande autoridade... (Cervantes, *Don Quijote de la Mancha*)

1. CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. *Dicionário de filologia e gramática*. 6. ed. s.l., J. Ozon, 1973.
2. CARVALHO, José Gonçalo Herculano de. *Teoria de linguagem*. Coimbra, Atlântida, 1970.
3. COSERIU, Eugênio. *Teoria del language y lingüística general*. 2. ed. Madrid, Editorial Gredos, 1967.
4. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, s.d.
5. GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, s.d.
6. HARMON, Robert Bartlett. *The art and practise of diplomacy*. Metuchen, (N.J.), The Scarecrow Press, 1971.
7. JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. 2. ed., São Paulo, Cultrix, s.d.
8. *Jornal de Brasília*. Edição de 21 de março de 1981.
9. *Jornal de Brasília*. Edição de 26 de abril de 1976.
10. LEROY, Maurice. *As Grandes correntes da lingüística moderna*. São Paulo, Cultrix, s.d.
11. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1973.

12. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior*.
(9) maio/jul., 1976
(16) jan./mar., 1978
(21) maio/jul., 1979
(22) jun./ago., 1979
13. *Le monde*. Edição de 28 de janeiro de 1981.
14. NICOLSON, Harold George. *Diplomacy*. 2. ed., London, Oxford University Press, 1958.
15. OSTROWER, Alexander. *Language, law and diplomacy*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1965.
16. SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *Dom Quijote de la Mancha*. Trad. de Visconde de Castilho e de Azevedo. Porto, Lello & Irmão, 1962.
17. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 2. ed., São Paulo, Cultrix, s.d.
18. SPINA, Segismundo. *Normas gerais para os trabalhos de grau*. São Paulo, Livraria Editora Fernando Pessoa, 1974.
19. ULLMANN, Stephen. *Semântica*. 2. ed., Lisboa, Fundação Gulbenkian, s.d.
20. *Veja*. (614) 11 de jun., 1980.
21. *Veja*. (628) 17 de set., 1980.